

O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar

- El papel de las mujeres en la lucha contra la dictadura militar
- The role of women in the fight against the military dictatorship

Maria Amélia de Almeida Teles¹

1. Os dias que antecederam o golpe militar

Era um tempo de guerra, era um tempo sem sol...

Edu Lobo e Gianfrancesco Guarnieri

O golpe militar concretizou-se a partir das tropas do Exército que saíram de Juiz de Fora (MG), na madrugada do dia 31 de março de 1964, rumo ao Rio de Janeiro sob o comando do General Olimpio Mourão. Ao se movimentarem, começaram a espalhar o terror, impuseram a desarticulação de movimentos populares, sindicais e serviços públicos, cujas lideranças e direções passaram a sofrer perseguições, sequestros e prisões arbitrárias. Provavelmente foi um momento de pânico, de medo e de terror, quando capitais como: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre foram invadidas por enormes contingentes de militares das Forças Armadas, num clima de guerra no qual o inimigo era o povo desarmado, pobre, analfabeto e sofrido que sonhava em ter um pedaço de terra, trabalhar e viver do seu trabalho. Os dias que antecederam o golpe foram conturbados.

¹ Autora de inúmeros artigos sobre o tema, é militante feminista histórica, diretora da União de Mulheres de São Paulo, coordenadora-chefe do Núcleo de Pesquisas do IBCCRIM, coordenadora do Projeto: *Promotoras Legais Populares* e do *Centro de Orientação e Formação de Mulheres*. Como militante política do PC do B, foi presa política na ditadura (1964-1985), junto com o marido e com os seus 2 filhos, ambos pequenos.

A conspiração de direita passou a tomar a ofensiva com o apoio aberto dos governadores de São Paulo, Ademar de Barros, de Minas, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda do Rio de Janeiro. Estes pregavam abertamente contra o governo legitimamente eleito, encabeçado por João Goulart, popularmente chamado de Jango. A imprensa escrita, a televisão e as emissoras de rádio repercutiam e facilitavam a formação de uma opinião pública conservadora, ao criticarem abertamente as reformas de base e o governo do Jango, com algumas exceções, como a rádio Mayrink Veiga, o Jornal Última Hora e alguns outros vinculados à esquerda de muito menor potencial de divulgação. No final de 1963 foi enviado ao Brasil o padre Patrick Peyton², que atuou junto a TV e pregava a ordem: “família que reza unida, permanece unida”, num claro apelo de mobilizar mulheres para a Marcha contra João Goulart e o comunismo.

No Comício da Central do Brasil (Rio de Janeiro), no dia 13 de março, convocado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e demais sindicatos, com o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e organizações de camponeses, Jango anunciou a reforma agrária e outras reformas de base. Foi um ato massivo com a presença de mais de 300 mil trabalhadores. Como resposta, a direita mostrou o seu lado mais enganoso e manipulador: com o apoio da Igreja, empresários e latifundiários, devidamente instruídos por entidades financiadas pelos Estados Unidos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), mobilizou mulheres para serem usadas como base social dos golpistas que passaram a se vangloriar de ter uma sustentação política com “forte apoio popular”.

Estas manifestações de mulheres manipuladas pelas forças mais conservadoras e retrógradas se realizaram em ações denominadas: “Marcha com Deus Pela Família e Pela Liberdade”, em Minas Gerais, e São Paulo, por ter ocorrido antes do golpe, no dia 19 de março de 1964. No Rio, ficou com o nome de “Marcha da Vitória”, por ter sido realizada no dia 2 de abril daquele ano, logo depois do golpe militar. Ao todo, foram realizadas 49 manifestações deste tipo, em todo o país, constituídas majoritariamente de mulheres. Uso a expressão “manipuladas”, porque entendo que esta quantidade de gente que foi para as ruas, o fez de forma enganada, foi dominada por uma falsa propaganda de que havia o perigo vermelho ou o perigo comunista. Assim forjou-se uma ameaça de caos, o que levou às Marchas, principalmente a grande quantidade de mulheres pobres, negras e das periferias. Nas capitais, como Rio, São Paulo e Belo Horizonte, ajuntaram-se multidões de mulheres, a maioria pobre, chegando a espantosas cifras de 300 a 500 mil pessoas. São contingentes que até hoje, quando as mulheres já alcançaram uma igualdade formal de direitos, não são vistos em nenhuma das manifestações populares.

As forças conservadoras criaram entidades de mulheres como a União Cívica Feminina, em São Paulo, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), no Rio e a Liga

2 Patrick Peyton (1909 – 1992). Era um padre católico irlandês, pároco de Hollywood e fundador da Cruzada do Rosário em Família. A sua visita ao Brasil, em 1963, teve um sentido de pregação anticomunista e contou com o apoio da CIA, o que muito contribuiu para o golpe militar de 1964. Cf. Wikipedia, disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Patrick_Peyton>. Acesso em: 02 mar 2014.

da Mulher pela Democracia (LIMDE), em Belo Horizonte. Foram criadas outras, em Porto Alegre, Curitiba e Recife.

A ingerência do IPES, apontada acima como organização financiada pelo governo dos Estados Unidos, junto às manifestações femininas foi decisiva para criar uma opinião pública favorável ao golpe militar, conforme afirma René Dreifuss (1981, p. 291 apud CO-DATO; OLIVEIRA, 2004):

A mais significativa conquista do IPES no campo da mobilização política e ideológica consistia na utilização das classes médias como nova clientela política e o desenvolvimento de meios para mobilizá-las, com êxito, como uma massa de manobra, efeito que os partidos e frentes tradicionais não se dispuseram ou se capacitaram a alcançar. A mobilização das classes médias conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica e a mídia coordenada pelo IPES proporcionava grande cobertura às atividades dessas classes médias mobilizadas. Na atmosfera elitista do Brasil, as demandas das classes médias eram vistas como o ponto de referência para a identificação da legítima pressão popular. [Além de tudo,] o que o IPES viu como uma de suas conquistas de maior êxito foi a ‘descoberta’ dos grupos femininos de pressão, tão ampla e eficazmente usados dez anos mais tarde contra o governo constitucional de Salvador Allende, no Chile, e para os quais a experiência brasileira forneceu o modelo.

As mulheres que organizaram as massas femininas eram de classe média, brancas em sua maioria, donas de casa, esposas de militares e de empresários, e fervorosas católicas. No entanto, aquelas que formaram o grande contingente de mulheres eram pobres, empregadas domésticas, moradoras das periferias. Foram enganadas pelo discurso religioso, anticomunista e pelo medo dos *ateus*.

As mulheres do campo progressista ou mesmo da esquerda não se encontravam organizadas de maneira autônoma e consciente na defesa dos seus próprios direitos, o que possibilitou que as forças mais retrógradas não encontrassem dificuldades para se aproximar das mulheres das camadas populares, atemorizando-as com os perigos demoníacos dos comunistas.

Voltando um pouco atrás, no governo do Juscelino Kubitschek (JK, 1957-1960), houve a suspensão do funcionamento das organizações femininas a pedido da Igreja Católica, por estarem de alguma forma, naquela época, sob a influência do Partido Comunista, que era ilegal. Por estratégia política de apoio ao governo, o Partido Comunista não contestou a medida arbitrária tomada por Kubitschek, nem exigiu a permanência do funcionamento das entidades femininas. Embora estudos a respeito do golpe militar e da participação das mulheres não relacionam o fato da desorganização das mulheres comunistas, simpatizantes e progressistas, com o fato de ter havido a manipulação das massas femininas pelos golpistas, faço uma leitura de que este episódio criou condições para tornar as mulheres menos atentas às questões políticas e acríicas, o que possibilitou o apoio feminino tão massivo às forças golpistas, as mais atrasadas do país.

As mulheres da direita tiveram orientação explícita dos grupos golpistas para a realização de ações anticomunistas e para impedir que houvesse qualquer mudança de caráter popular.

Elas consideravam a família, instituição fundamental para preservar a ideologia capitalista-patriarcal enquanto o comunismo era tratado como a principal ameaça à integridade da família.

Janaina Martins Cordeiro (2009) explica que a participação pública destas mulheres se deu com a autorização dos seus respectivos maridos:

Urgia, portanto, que as mulheres se organizassem em benefício da defesa de seus lares. E como este tipo de mobilização política tinha como objetivo final a preservação da ordem e dos tradicionais papéis reservados ao homem e à mulher numa estrutura de sociedade patriarcal, as esposas da CAMDE tiveram importante apoio dos maridos, o qual era fundamental tendo em vista que essas mulheres reconheciam, antes de tudo, o lugar ocupado por elas na família e na sociedade. Nesse sentido, não seria possível para as associadas da CAMDE saírem do espaço privado sem o aval dos maridos. Estes por sua vez, entendendo que aquele era um momento de exceção, “compreenderam e deixaram” que suas esposas se afastassem temporariamente dos afazeres domésticos e se engajassem na defesa da família, da Pátria e da religião.

Amélia Molina Bastos, professora primária aposentada; fundadora e presidente da CAMDE, esclareceu como e com que finalidade criou a entidade:

Sou neta, sobrinha e irmã de general. [...] Aqui nesta casa foi fundada a CAMDE. Meu irmão, Antonio Mendonça Molina, vinha trabalhando há muito tempo no Serviço Secreto do Exército contra os comunistas. Nesse dia, 12 de junho de 1962, eu tinha reunido aqui alguns vizinhos, 22 famílias no todo. Era parte de um trabalho meu para a paróquia Nossa Senhora da Paz. Nesse dia o vigário disse assim: ‘Mas a coisa está preta. Isso tudo não adianta nada porque a coisa está muito ruim e eu acho que se as mulheres não se meterem, nós estamos perdidos. A mulher deve ser obediente. Ela é intuitiva enquanto o homem é objetivo.’ (TELES, 1993, p. 54)

O apelo às mulheres se deu de maneira tão explícita e banalizada que durante a “Marcha com Deus pela Família, pela Liberdade”, ao mesmo tempo em que milhares levavam o rosário nas mãos, havia cartazes com os seguintes dizeres: *Vermelho bom, só do batom*. Outros cartazes expressavam também o caráter ideológico da manifestação: *Verde e Amarelo, fora foice e o martelo! Esta chegando a hora de Jango ir embora!*

Assim foi criado o apoio social para o golpe militar que dirigiu a ditadura mais longa, o que trouxe consequências nefastas cuja repercussão ocorre, lamentavelmente, até os dias de hoje, em nosso país e nos países vizinhos, visto que as ditaduras militares que se instalaram depois de 1964, como a do Uruguai, Chile, Bolívia e Argentina contaram com uma articulação estratégica latino-americana, com a participação do estado brasileiro, o que ficou conhecido como *Plano Condor*.

O jornal “O Globo” divulgava enfaticamente a movimentação das marchadeiras e, por isso, deu destaque a importância política da CAMDE, ao escolher D. Amélia Bastos, mãe e avó, para receber o prêmio de “Mãe do Ano” do ano de 1964: *depois de realizar sua missão no lar, dedicou-se de corpo e alma à “Campanha da Mulher pela Democracia”, da qual é presidente e que tantos serviços presta ao País.*³

A situação das mulheres nos tempos da ditadura

A revolução das mulheres é a mais longa.

Juliet Mitchell

A ditadura usou da violência contra mulheres e homens que procuraram resistir em defesa de ideais de democracia e liberdade. Houve mulheres que tombaram na luta por estes ideais e, que hoje, sua memória orgulha a todas/todos nós. Elas tiveram que romper barreiras criadas em diversos espaços: da família, da religião, do mercado de trabalho, da escola, da sociedade em geral, do aparato estatal repressivo e destruidor e, muitas vezes, tiveram que enfrentar os próprios grupos de esquerda que não acreditavam na sua capacidade de resistir, lutar e decidir os rumos políticos da luta.

O historiador Eric Hobsbawm disse que o século XX foi o século das mulheres. E no Brasil, durante a ditadura militar, as mulheres representaram o segmento da população que mais teve mudanças nas suas relações sociais, no trabalho, na família, nas relações com os homens e nas questões políticas. Isto trouxe mudanças no seu comportamento e na sua subjetividade, possibilitando a inserção de novos valores e novas perspectivas.

As mudanças ocorridas no mundo influenciaram, sem dúvida, para que as mulheres adquirissem novas formas de enfrentar a vida e o trabalho. O uso da pílula anticoncepcional trouxe o direito ao prazer sexual sem ter que se preocupar com a gravidez. Assim as mulheres puderam experimentar o direito ao orgasmo, o direito à escolha de ser ou não ser mãe.

As mulheres buscaram o mercado de trabalho, entraram nas universidades e aumentaram sua escolaridade. Passados quatro anos de ditadura, em 1968, havia mulheres que participavam ativamente das manifestações de oposição aos militares. Com a edição do AI-5, considerado o golpe dentro do golpe, a maioria de mulheres e homens, militantes políticos, é obrigada, mais uma vez, ir para o exílio ou para a clandestinidade. Houve uma

3 Jornal “O Globo”, 22/06/1964.

parcela de mulheres da esquerda que se manteve nos movimentos de resistência, numa atividade política, seja na luta armada ou nas outras formas de ação. Para isso, algumas tiveram que se separar dos seus companheiros / maridos ou foram viver com outros homens e/ou mulheres. Mas as mulheres foram à luta de forma mais autônoma e por sua própria vontade. Enfrentaram o machismo da esquerda, seja na luta armada, nas greves operárias ou nos movimentos populares nas periferias e nas áreas rurais. Enfrentaram a truculência de cunho patriarcal e racista da repressão política.

Como dissemos acima, as mulheres foram torturadas assim como os homens que lutaram contra a ditadura. As mulheres foram alvo sistemático de violações sexuais. A prática de estupros e abortamentos forçados foi corriqueira, nas sessões de tortura, quando se tratou de repressão política violenta contra as militantes de esquerda. Mulheres e homens eram forçados a se despir frente aos torturadores e se não o fizessem, suas roupas eram arrancadas violentamente e até rasgadas. Em muitos casos, foram colocados fios elétricos na vagina e no ânus. Houve mulheres estupradas. Outras sofreram abortamento forçado devido a chutes na barriga ou foram se despir frente aos torturadores e se não o fizessem, suas roupas eram arrancadas violentamente e até rasgadas. Em muitos casos, foram colocados fios elétricos na vagina e no ânus. Houve mulheres estupradas. Outras sofreram abortamento forçado devido a chutes na barriga ou foram colocadas em “cadeiras do dragão”, levando choques elétricos na vagina, na barriga, nos seios, na cabeça. Houve aquelas que tiveram seus bebês nos DOI-CODIs. Algumas foram assassinadas grávidas como foram os casos de Soledad Barret Viedma (1945-1973) e de Dinalva de Oliveira Teixeira (1945 – 1974). Outras tiveram seus bebês em cativeiros e se sabe quase nada a respeito do destino dessas crianças.

Não há um número estimado de mulheres e de homens que participaram de todo este movimento de resistência. O Brasil Nunca Mais levantou o perfil de 7.367 pessoas que foram processadas pela Justiça Militar. Destas, 88% eram homens e 12%, mulheres. O Estado Maior do Exército fez um estudo de presos políticos que se encontravam em quartéis, ou seja, um total de mais de 500. Segundo este estudo, 56% eram estudantes. A idade média era de 23 anos. Na Guerrilha do Araguaia (ocorrida no sul do Pará entre 1972 a 1975), dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17% eram mulheres.

Quando comparados esses dados com os atuais, podemos perceber que a participação das mulheres daquela época, num cenário tão violento, não era nada desprezível. Os resultados eleitorais de 2010 apontam que na Câmara de Deputados Federais, dentre os eleitos, 9% são mulheres, no Senado e 10%, senadoras. No Rio, as vereadoras representam 15% e, em São Paulo, 10%.

A ditadura militar durou 21 anos e houve acirramentos da repressão política dentro do próprio processo ditatorial. Sob as palavras de ordem: *distensão lenta e gradual*, o general Ernesto Geisel mesmo antes de tomar posse como Presidente da República tinha o firme propósito de exterminar a oposição ainda que fosse preciso matar. Uma conversa do Geisel com outro general da repressão, Dale Coutinho, em 16/02/1974, o propósito de matar militantes da oposição era presente e defendida por eles:

“Ah, o negócio melhorou muito. Agora, melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar.” – afirmou Coutinho.

“Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora [...]. Ô Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.”, respondeu Geisel. (GASPARI, 2012, p. 492)

Houve lutas sociais que tiveram papel preponderante no enfrentamento à ditadura, de várias formas: com ações armadas, com atuação política junto aos setores populares. Tudo isso contribuiu para o enfraquecimento da ditadura e a retirada dos militares do núcleo duro do governo.

No ano de 1968, houve greves operárias nas cidades de Contagem (MG) e Osasco (SP). A de Contagem foi a primeira e foi dirigida por uma mulher, Conceição Imaculada de Oliveira, diretora do Sindicato dos Metalúrgicos. (TELES, 2013, p. 26) Nos anos de 1970, ainda sob a vigência do AI-5, as mulheres da periferia tiveram seu protagonismo ao saírem às ruas, nos movimentos contra a alta do custo de vida.

Destaques da participação de mulheres militantes de esquerda

Aquelas pessoas tinham nomes, tinham rostos, desejos e esperanças... Juntai com paciência as testemunhas daqueles e daquelas que tombaram por eles e elas e por vós.⁴

Júlio Fuchik.

Comentários a respeito de guerrilheiras, quando em ação ou quando foram capturadas, revelam, de alguma forma, como se deu a participação política das mulheres na resistência.

Vera Sílvia de Araújo Magalhães (1948 – 2007) pertencia ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8 e foi a primeira mulher de sua organização a se incorporar à luta armada. A imprensa tradicional, com o objetivo de desmoralizar a jovem revolucionária, a chamava de “a terrível mulher loura” ou a “loura 90”, como se ela carregasse duas metralhadoras ao mesmo tempo.

[...] no início “não acreditava em sua capacidade para ser militante da luta armada”, mas depois tornou-se referência nas ações militares. Ela par-

4 In: Testamento sob a força. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

ticipou da ação que sequestrou o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 04/09/1969, no Rio de Janeiro. Era uma ação típica de propaganda armada [...]. A condição imposta pelos guerrilheiros para a soltura do diplomata era a libertação de 15 presos políticos que deveriam ser enviados para o exterior e a leitura em todos os meios de comunicação de um manifesto [...]

Vera Silvia conta que a organização lhe deu a incumbência de realizar a tarefa do sequestro do embaixador por ela ser mulher. “O fato de ser mulher me tornava menos suspeita, tendo em conta os preconceitos que existem na sociedade a respeito da mulher, a quem dificilmente se associa com uma revolução armada. (TELES; LEITE, 2013, p. 34)

Dinalva Oliveira Teixeira (1945 – 1973), conhecida como Dina, foi guerrilheira do Araguaia. Era geóloga e foi a única mulher a ocupar o cargo de vice-comandante na guerrilha. Destacou-se por suas habilidades militares, conseguindo escapar de vários cercos das Forças Armadas. Era temida pelos militares. Tornou-se uma figura lendária por ser exímia atiradora. Teria sido capturada viva pelos agentes do Exército. Alguns destes militares, como o coronel Pedro Cabral, disseram que ela estaria grávida e moradores da região informaram que ela estaria em estado avançado de gravidez. Ela e uma outra guerrilheira estariam sem roupas para vestir, no momento de sua prisão, em 1974. Elio Gaspari, em seu livro “A ditadura escancarada”, denuncia que “a mitológica Dina foi assassinada grávida. Ela estava sob o controle do Major Curió”. Desde então, é uma das guerrilheiras desaparecidas do Araguaia.

[...]

Aurora Maria do Nascimento Furtado (1946 – 1972), estudante de Psicologia da Universidade de São Paulo, tornou-se guerrilheira urbana na cidade do Rio de Janeiro, onde foi assassinada sob torturas no DOI-CODI do I Exército (RJ). Ali ela sofreu torturas no pau-de arara, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras. Aplicaram-lhe a “coroa de Cristo”, ou torniquete, uma fita de aço que vai sendo gradativamente apertada, esmagando aos poucos o crânio da vítima. No dia 10 de novembro de 1972, os agentes militares jogaram seu corpo numa rua do bairro do Méier, no rio de Janeiro. O então comandante do DOI-CODI do Rio, general Adyr Fiúza de Castro, confirmou sua morte sob tortura e fez um comentário de que “ela era uma moça com muita valentia”. (IDEM, p. 35)

Rosa ou Rosinha (Maria Célia Corrêa, 1945-1974, guerrilheira do Araguaia) como a chamavam os camponeses, perdeu-se dos companheiros (região do Araguaia). Chega à casa de Manoelzinho das Duas (um delator contumaz) – o sujeito vive com duas mulheres na mesma casa. Manoelzinho tenta convencer a guerrilheira a se render. Muita gente está sofrendo por causa do conflito, argumenta o caboclo.

“Prefiro morrer do que me entregar”, reage Rosinha.

Diante da negativa, Manoelzinho agarra a militante, domina-a e entrega ao delegado de São Domingos, Geraldo do Colo. Muitos moradores do vilarejo viram Rosinha viva, muito magra e suja, dentro de um carro parado na frente da cadeia.

Os militares levaram a guerrilheira para Bacaba. (MORAIS; SILVA, 2-12, p. 472)

Mulheres no espaço público contra a ditadura

Mulheres também foram ao espaço público defender anistia aos perseguidos e presos políticos, em 1975. Antes já haviam falado sobre o assunto na OAB, na Cúria Metropolitana de São Paulo, no jornal da imprensa alternativa “Opinião”. Em 1975, também começaram a sair nas ruas para coleta de abaixo assinado das mulheres que lutavam contra a alta do custo de vida.

Em 1977, saíram os estudantes e mais tarde (1978 e 1979), os operários grevistas do ABC que mobilizaram as forças políticas de todo o país. Isto representou avanços que, acumulados à luta das diretas, a mais massiva e expressiva de todas as manifestações, com milhões de pessoas nas ruas de diferentes cidades do país, resultou numa série de fatos que levou à derrocada da ditadura militar.

Mulheres insistem nas lutas democráticas e populares...

O movimento pela anistia reuniu mulheres que tiveram a iniciativa de fazer o jornal Brasil Mulher que teve sua primeira edição em outubro de 1975 e devido à influência da jornalista editora, Joana Lopes, tornou-se o primeiro veículo feminista da segunda onda do feminismo, mobilizada e organizada nos anos de 1970. Em seguida surgiu outro jornal feminista, o Nós Mulheres.

Ambos os jornais aglutinavam coletivos de mulheres voltados para as questões vividas por operárias, negras, faveladas ou moradoras das periferias, trabalhadoras das áreas urbanas e rurais. Nascia assim um feminismo preocupado, prioritariamente, com as mulheres populares das cidades e dos campos. Mas ao mesmo tempo, tratavam de assuntos da política nacional como anistia, a falta de liberdades democráticas e procuravam denunciar

a censura que chegou a proibir toda a edição no. 45 do jornal Movimento (1976) que era dedicada à situação de trabalhadoras. (TELES; LEITE, 2013, p. 78)

O feminismo que emergiu nos anos de 1970 marcou um compromisso com os ideais de transformação que, de certa forma, direcionam até os dias atuais as lutas das mulheres. Praticamente em todas as manifestações escritas ou faladas, as feministas expressam suas bandeiras contra o sexismo, o racismo, o capitalismo e em busca de uma sociedade de equidade de gênero. Ainda que as transformações não dependam apenas de intenções, as feministas estão articuladas com outros movimentos libertários, democráticos e que denunciam incansavelmente as graves violações de direitos humanos.

Referências bibliográficas

CODATO, Adriano Nuevo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. In: *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100011>.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*, In: *Revista Gênero*, v. 8, p. 175-208, 2009.

DOSSIÊ DITADURA – MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL 1964 – 1985. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos / IEVE- Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. Citado no livro Operação Araguaia. 5. ed. revista. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980)*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.